

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.396 - GO (2019/0319366-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
REQUERENTE : **RAPHAEL GONCALVES E SOUSA**
REQUERENTE : **MARCO ALEXANDRE BRONSON E SOUSA**
REQUERENTE : **JOÃO LENINE BONIFÁCIO E SOUSA**
REQUERENTE : **FREDERICO GONCALVES E SOUSA**
ADVOGADOS : **CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTONIO - SP146360**
DANIEL MACHADO AMARAL E OUTRO(S) - SP312193
MARILIA OLIVEIRA CHAVES - SP322210
ISABELLA DA COSTA NUNES - GO049077
REQUERIDO : **BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A**

EMENTA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXCEPCIONALIDADE EVIDENCIADA. RISCO DE GRAVE LESÃO DEMONSTRADA. URGÊNCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. LIMINAR DEFERIDA.

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela provisória de urgência requerido por Raphael Gonçalves e Sousa e outros, por meio do qual objetivam a atribuição de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial .

Sustentam que, enquanto pessoas físicas, exerciam a atividade rural compondo grupo econômico Talismã Sementes, no qual assumiam obrigações mútuas e avais cruzados. Asseveram que, além de atuarem como empresários rurais há muito mais de 2 (dois) anos, encontram-se inscritos na Junta Comercial e já demonstraram nos autos toda a escrituração contábil quando do pedido de recuperação judicial.

No que tange à probabilidade do direito, aduzem que acórdão recorrido incorreu na violação dos artigos 1º, 48, *caput*, § 2º, 51 da Lei 11.101/2005 (“LRF”); 966 e 967 do Código Civil; e 1.022, 1.023, § 2º, do CPC.

Quanto ao perigo de dano, destacam que "a ausência de suspensão dos efeitos da r. Decisão proferida pelo Tribunal de origem, trará efeitos nefastos ao GRUPO

TALISMÃ, além do tumulto processual que será causado com a exclusão dos produtores rurais da Recuperação Judicial, tendo em vista que processo recuperacional já se encontra em estágio avançado, tendo sido apresentado o Plano de recuperação judicial ('Plano' ou 'PRJ') e na iminência de convocação da Assembleia Geral de Credores ('AGC'), para que o PRJ das empresas e dos produtores rurais seja aprovado pelos credores" (e-STJ, fl. 5).

Anotam, no ponto, ser iminente a perda de bens decorrentes da "realização de penhoras e constrições em face do patrimônio dos Produtores Rurais tendo em vista que fora determinado o prosseguimento da ação de execução nº 1071815-07.2018.8.26.0100 1 promovida pelo Rabobank em face dos Produtores Rurais RAPHAEL, MARCO, JOÃO LENINE e FREDERICO" (e-STJ, fl. 6).

Brevemente relatado, decido.

Ao que se depreende, no caso em apreço, os requerentes possuem registro na junta comercial, mas não por prazo superior a 2 (dois) anos, o que, segundo a compreensão adotada pelo Tribunal de origem, não atenderia a exigência contida no art. 48 da Lei n. 11.101/2005, para efeito de comprovação da atividade regular como empresários rurais.

A propósito do tema, ficou consignado no REsp n. 1.193.115/MT, Relatora a Ministra Nancy Andrigli, Relator p/ Acórdão o Ministro Sidnei Beneti, DJe de 7/10/2013, por maioria, que a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis é condição imprescindível para a concessão do benefício da recuperação judicial a produtores rurais, ainda que o exercício da atividade empresarial possa realizar-se sem a inscrição do empresário na Junta Comercial, conforme disposto no enunciado 198 da III Jornada de Direito Civil. Isso porque esse mesmo enunciado limita a abrangência geral, ressalvando que o empresário irregular reúne os requisitos do art. 966, sujeitando-se às normas do Código Civil e da legislação comercial, salvo naquilo em que forem incompatíveis com a sua condição ou diante de expressa disposição legal.

Todavia, embora o referido entendimento também tenha sido adotado em decisões monocráticas no âmbito desta Corte (TP n. 1.937/MT, Relator o Ministro Marco Buzzi, DJe de 1º/3/2019; REsp n. 1.578.579/MT, Relator o Ministro Lázaro Guimarães,

Desembargador Convocado do TRF 5ª Região, DJe de 22/11/2017; e Pet n. 11.376/MT, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão), a matéria controvertida não foi objeto de nova análise por parte das Turmas que integram a Segunda Seção, o que recomenda cautela na condução deste processo, mormente pela existência de posições doutrinárias e jurisprudenciais contrárias à tese que se sagrou vencedora no julgamento do REsp n. 1.193.115/MT.

Nessa linha de compreensão, consigna-se que a Segunda Seção do STJ, com o propósito de preservar a segurança jurídica, a fim de que a questão pudesse ser, primeiro, debatida e consolidada no âmbito das Turmas de Direito Privado, rejeitou proposta de afetação do tema ao rito dos repetitivos, nos termos da seguinte ementa:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 1.036 E SEQUENTES DO CPC. ART. 257 RISTJ. DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL RURAL. INSCRIÇÃO A MENOS DE DOIS ANOS NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS. ART. 971 CÓDIGO CIVIL. ARTS. 48, CAPUT, E 51, V, LEI 11.101/2005.

1. A questão de direito que se pretende afetar ao rito dos recursos repetitivos consiste na possibilidade de o empresário individual rural (produtor rural) - pessoa física - requerer o benefício da recuperação judicial, ainda que não se tenha inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis há mais de 2 (dois) anos da data do pedido (art. 971 do Código Civil c/c arts. 48, caput, e 51, V, da Lei n. 11.101/2005).

2. Embora de grande relevância para o país, esta Corte Superior não emitiu posicionamento fundamentado sobre o tema em destaque.

3. Diante da ausência de precedentes sobre a referida questão de direito e em homenagem ao princípio da segurança jurídica, deve-se aguardar, para fins de afetação ao rito previsto no art. 1.036 e seguintes do Código de Processo Civil, a formação de jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça, orientação que vem sendo adotada pela Segunda Seção na afetação e análise de temas repetitivos.

4. Questão jurídica não afetada ao rito dos recursos repetitivos (art. 257-A, § 2º, RISTJ).

(ProAfR no REsp 1684994/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/11/2017, DJe 05/12/2017)

Faz-se o registro, ainda, que a Quarta Turma do STJ, no bojo do REsp n. 1.800.032/MT, concluiu julgamento – pendente de publicação – no sentido de ser admissível o pedido de recuperação judicial de produtor rural mesmo que não haja 2 (dois) anos de

Superior Tribunal de Justiça

registro empresarial.

Nesse cenário, torna-se impositiva uma nova discussão aprofundada sobre o tema pelo órgão colegiado, segundo os fundamentos aduzidos nas razões do recurso especial. Sob esse enfoque, verifica-se que estão presentes os requisitos necessários à medida de urgência, pois, a par da necessidade do exame dos argumentos deduzidos nas razões do recurso especial (*fumus boni iuris*), os ora requerentes também demonstram o *periculum in mora*, ante a determinação de atos constritivos e expropriatórios contra os bens de sua propriedade, tudo isso podendo conduzir à irreversibilidade dos danos.

Desse modo, ainda em análise perfunctória da matéria, e sem prejuízo de posterior reanálise, a ser feita na apreciação do recurso, **concedo efeito suspensivo ao agravo em recurso especial interposto pelos requerentes** e determino a suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no Agravo de Instrumento n. 5203814.95.2018.8.09.0000, até o julgamento definitivo do apelo extremo por este Superior Tribunal.

Comunique-se, com urgência, o teor da presente decisão ao Tribunal de origem.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator